

TRANSPARÊNCIA

Mesa diretora da Casa diz ter tomado decisão de fornecer informações sobre verba indenizatória, mas não informa quando nem como pretende fazê-lo e ainda estuda manter notas fiscais dos gastos em sigilo

Senado resiste em abrir caixa-preta

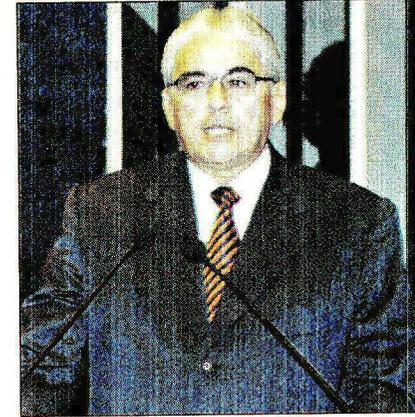
LEANDRO COLON

DA EQUIPE DO CORREIO

Os integrantes da Mesa Diretora do Senado anunciaram ontem a promessa de divulgar na internet a prestação de contas da verba indenizatória mensal de R\$ 15 mil a que cada senador tem direito, além do salário de R\$ 16,2 mil. A verba é considerada uma caixa preta na Casa. Senadores avaliam a hipótese de extingui-la, desde que haja um aumento salarial aos parlamentares.

A decisão da Mesa foi tomada depois que o *Correio* protocolou no último dia 30 um requerimento solicitando acesso a essa prestação de contas. O ofício foi dirigido ao presidente interino do

Roosevelt Pinheiro/Agência Senado - 21/11/06



EFRAIM: IDÉIA DE EXTINGUIR VERBA MENSAL DE R\$ 15 MIL DEPENDE DA CÂMARA

Senado, Tião Viana (PT-AC), com base no inciso 33º do artigo 5 da Constituição, que diz: "Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações do seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade".

No mesmo dia, Viana informou que a resposta ao jornal ficaria sob responsabilidade da Mesa Diretora em reunião nesta semana. O petista já havia sugerido aos colegas de Mesa a abertura dessa prestação em outra reunião, mas sofreu resistências.

Ontem, Viana entregou o requerimento à Mesa e levantou o debate. "Eu li (o pedido), discutimos e decidimos", disse. A decisão, ainda genérica, foi a de que a primeira-secretaria, comandada pelo senador Efraim Morais (DEM-PB), fará um estudo para encontrar uma forma de liberar o acesso à prestação de contas referente à verba, usada pelos senadores para pagar, entre outras coisas, aluguel de escritório político,

assessores, jantares, almoços e viagens.

Não está claro ainda como nem quando essa divulgação acontecerá. Senadores querem, inicialmente, liberar somente o quanto foi gasto, sem as notas fiscais entregues por eles. Por enquanto, a decisão se restringe a esse "estudo" e foi anunciada pelos integrantes da Mesa aos jornalistas. Viana prometeu entregar hoje ao *Correio* uma resposta oficial sobre o requerimento protocolado pela reportagem. Ele afirmou ainda que os líderes dos

partidos serão consultados sobre a decisão da Mesa. "Será apenas um gesto. Estamos otimistas. É um passo para reconhecer a transparência", disse.

Fim da verba

Na reunião da Mesa, os senadores avaliaram discutir com a Câmara uma proposta que acabe com essa verba. Efraim Morais, porém, condicionou isso a um reajuste de salário dos parlamentares, equiparando-o ao dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), hoje em R\$ 24,5 mil. Após a reunião, o primeiro-secretário defendeu a mesma coisa em plenário, citando o texto constitucional que fala em igualdade salarial entre os três Poderes. "Além de definir o estudo para que a verba seja publicada, também existe a possibilidade, dependendo das Mesas das duas Casas do Congresso Nacional, de que seja extinta essa verba e que passemos a receber o salário que determina a Constituição", disse Efraim.